

CRISE DA DEMOCRACIA E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Crisis of democracy and the challenges of political participation

Paulo Vitorino Fontes

Doutor em Teoria Jurídico-Política e Relações pela Universidade de Évora e Professor da Universidade dos Açores.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1443-6820>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7037358751076182>

Resumo

Pretendemos equacionar algumas das principais debilidades das democracias contemporâneas, ao nível da participação política, perante a ameaça do totalitarismo e do populismo. Através de uma metodologia qualitativa de análise hermenêutica, retomamos o pensamento de Hannah Arendt sobre a centralidade e a fragilidade da política no seu estudo sobre o totalitarismo, ao definir o verdadeiro valor da política no exercício da liberdade, da participação e da interação autêntica com os outros seres humanos, o que está dependente, como hipótese, não só da medida de inclusão social de cada um na sociedade, como dos traços de personalidade e capacidades de resiliência correlacionadas com diferentes graus de emancipação que vivencia ao longo da vida. Concluiremos com o reforço do valor da política enquanto atividade humana não instrumental e, portanto, com um fim em si mesma, possibilitando aos seres humanos exercer a liberdade pública e coletiva, ao atuarem com os outros.

Palavras-chave: democracia, participação, totalitarismo, populismo.

Abstract

The aim of this article is to analyse some of the main weaknesses of contemporary democracies in terms of political participation, in the face of the threat of totalitarianism and populism. Using a qualitative methodology of hermeneutic analysis, we return to Hannah Arendt's thoughts on the centrality and fragility of politics in her study of totalitarianism, defining the true value of politics in the exercise of freedom, participation and authentic interaction with other human beings, which depends, as we hypothesise, not only on the extent of each person's social inclusion in society, but also on personality traits and resilience capacities correlated with different degrees of emancipation experienced throughout life. We will conclude by reinforcing the value of politics as a non-instrumental human activity and, therefore, with an end in itself, enabling human beings to exercise public and collective freedom by acting with others.

Keywords: democracy, participation, totalitarianism, populism.



A crise da democracia pode ser um lugar-comum, repetido, desgastado, principalmente a partir dos anos 80 do século passado. Mas, a quem interessa a democracia? Será esta pergunta necessária e pertinente?

Se pensarmos que, apesar de vivermos em democracias liberais, muitos de nós não serão democratas, no seu pensamento e nas suas relações, atendendo aos indicadores da violência e do desrespeito, esses fáceis de observar, mas também aos silêncios e manipulações, ao politicamente correto que esconde a possível autenticidade de atuar em conjunto. Será este um dos maiores problemas da democracia?

Hannah Arendt, autora do simples e tão genial, pensou que o verdadeiro valor da política é exercer a liberdade, a participação e a interação autêntica com os outros seres humanos. Mas, como é possível exercer essa liberdade? Pensamos que esse exercício está dependente não só da inclusão social de cada qual na sociedade, ameaçada pelas crescentes fragilidades do sistema mundial, e pelas escaladas populistas de Direita, como dos traços de personalidade e das capacidades de resiliência correlacionadas com diferentes graus de emancipação que cada um experimenta em cada fase da vida.

É este o nosso desafio, perceber a crise da democracia ao nível da participação política, perante a ameaça do totalitarismo e do populismo, e apontar para caminhos de abertura e crítica que nos permitam avançar na realização do potencial da democracia.

Se por um lado o nacionalismo cívico foi substituído pelo nacionalismo ético, minando assim o modelo de cidadania constitucional baseado no pluralismo. Por outro lado, o surgimento do populismo, na senda dos totalitarismos do século XX (Finchelstein, 2019), caracteriza-se pela falta de respeito pela constituição e pelas leis, pelo Estado de direito, pela separação dos poderes, pela independência judicial e pelo trabalho de uma imprensa livre. Nesta situação, como o Papa Francisco (2020, p. 5) indicou na recente encíclica *Fratelli Tutti*, “a política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efémeras de marketing cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro”. Isto implica uma radicalização baseada na dialética amigo - inimigo já promovida por autores como Carl Schmitt, com trágicas consequências.



Nas últimas décadas assistimos ao esvaziamento do ideal de democracia participativa. Se por um lado, recuarmos às formulações originais dos anos 1960 e 1970, verificamos que estas indicavam a necessidade de ampliação dos espaços de gestão democrática coletiva na vida quotidiana, em particular nos locais de trabalho. Mas, por outro lado, os modelos das décadas seguintes aceitaram a circunscrição das práticas democráticas ao Estado. Em movimento paralelo, a crítica às instituições representativas e à passividade política que elas promovem foi deixada de lado, em favor de uma percepção em que a diferença entre participação e representação é praticamente anulada. Com isso, perde-se a radicalidade da crítica ao déficit de participação nas democracias liberais.

Num contexto de pós-modernidade, em que as maleitas da modernidade não foram sanadas, a par do desinteresse generalizado pela política, principalmente nas camadas mais jovens, urge revitalizar as democracias adormecidas, maioritariamente no mundo ocidental. Nesse sentido, equacionamos como objeto de estudo os principais desafios das democracias ao nível da participação política, perante a ameaça do totalitarismo e do populismo.

Porque aderem as pessoas ao ressentimento e à destruição do espaço da política, enquanto capacidade de pensar, comunicar e de influir no mundo real? Porquê o ser humano se encerra na impossibilidade da sua existência solitária e enche esse vazio com a ideologia totalitarista?

Avançamos como hipótese nuclear que a participação política está dependente da inclusão social e do reconhecimento que cada pessoa consegue alcançar e que lhe é atribuído, assim como dos traços de personalidade e capacidades de resiliência correlacionadas com diferentes graus de emancipação que vivencia em cada fase da vida.

Sabemos que no mundo ocidental, tanto no norte como no sul, principalmente as classes médias, aquelas que se criaram após a Segunda Guerra Mundial, tem sido sujeitas a uma grande compressão, desde a década de 80, com a implementação do chamado neoliberalismo, os rendimentos e outros apoios sociais têm sido reduzidos, impactando negativamente na sua qualidade de vida, aumentando os níveis de ansiedade e de agressividade social, o que vem afetar o primeiro termo da nossa equação relativo à inclusão social e reconhecimento. Quanto ao segundo termo, iremos perceber que



diferentes traços da personalidade da pessoa política influenciarão diferentes ações políticas, incluindo a sua adesão a novos populismos.

Em tempos de distopias determinadas por mecanismos de controlo e de uniformização que o contexto pandémico teve condições de incrementar como alicerces de uma nova e opressiva “normalidade”, importa estudar o fenómeno do totalitarismo e as suas correlações com o crescente populismo de direita que se verifica nas sociedades democráticas contemporâneas.

Nesse sentido, continuam sem resposta algumas questões inevitáveis com que Hannah Arendt se confrontou, tanto a nível prático como a nível teórico, como as ideologias totalitárias, as perseguições contra os judeus e outras minorias, a questão dos apátridas e a questão do “direito a ter direitos”.

Uma das primeiras conclusões a que chegou foi que tais fenómenos foram possíveis por causa de uma crise profunda da época moderna, cuja raiz era essencialmente política. Devia-se ao progressivo desaparecimento de um espaço comum, do espaço da política, onde os seres-humanos podem sair da solidão existencial e alcançar o que Arendt (1973, p. 529) chamou de «graça redentora de uma companhia que os salve da dualidade, do equívoco e da dúvida». Os indivíduos modernos são, para ela, indivíduos alienados do mundo porque estão impossibilitados de interagir com os outros de uma forma autêntica, que ultrapasse os automatismos sociais.

Para Arendt (1973, p. 525-531), o grande sucesso do totalitarismo devia-se à sua capacidade de preencher o vazio existente nesse contexto de alienação e de ausência de espaço para uma verdadeira participação política. Foi a força das ideologias totalitárias ao darem o sentido do inevitável aos fenómenos da História que fez atrair milhões de indivíduos, como massas indiferenciadas e desorientadas.

Nos últimos trinta anos, vários estudos na área da psicologia política, têm demonstrado que o modo como a pessoa se relaciona com o mundo e com os outros também influencia as suas escolhas políticas. Uma maior abertura à experiência prediz votos à Esquerda, enquanto uma maior conscienciosidade prediz o voto de Direita. Para James Dennison (2020), a razão é plausível: as pessoas de mente mais aberta, que valorizam a diversidade nas suas próprias vidas aceitam melhor os comportamentos



sociais menos ortodoxos, geralmente associados ao espectro político de Esquerda. Enquanto a conscienciosidade sinaliza a tendência para usar regras e normas sociais preexistentes, uma predisposição bastante conservadora que prevê um voto de centro-direita. O autor explica que entram certamente em jogo outros traços de personalidade, como o neuroticismo que aumenta as probabilidades de ser de Esquerda, assumindo que as pessoas que têm mais sentimentos negativos em relação à situação atual são menos propensas a ver o status quo em termos positivos, o que, teoricamente, aumenta as probabilidades de atitudes de Esquerda.

Os dois traços restantes – a extroversão e a agradabilidade – têm suportes menos robustos na investigação. Apesar disso, como Dennison (2020) refere, há algumas evidências de que ser extrovertido prediz um voto de centro-direita e ser amável prediz um voto de centro-esquerda. Claro que na mesma pessoa pode haver forças diferentes em confronto, mas dentro daqueles que são os dois traços mais preditivos das inclinações políticas não é comum haver conflitos, sendo raro ver alguém com alta abertura à experiência e, ao mesmo tempo, com alta conscienciosidade. No entanto, quando os traços de personalidade predizem coisas diferentes, mais provavelmente teremos eleitores indecisos, pouco leais aos partidos e mais voláteis.

Para Helena Marujo (2022), a personalidade condiciona a vivência das emoções e estas, sobretudo quando são negativas, são centrais para o posicionamento político. Tem havido uma tendência recente para ligar o apoio a movimentos populistas à expressão de sentimentos negativos, como a ansiedade provocada por mudanças sociais de longo alcance. Do mesmo modo, a raiva contra o estabelecido tornou-se uma marca registada dos protestos anti austeridade, anti vacinas e outros. A base parece ser, portanto, emocional, com estas duas emoções negativas como meios de comunicação. Apesar disso, uma parece ter mais peso do que a outra. O populismo parece ser mais apelativo para cidadãos e cidadãs zangadas do que ansiosas. As componentes definidoras do populismo – a atribuição externa da culpa e a sua perspetiva moral e de confronto feroz – ressoam fortemente nas avaliações subjacentes à raiva, o que torna o populismo particularmente bem-adaptado para expressar essa emoção.



Para Patrício Costa e Frederico Silva, que têm investigado o comportamento eleitoral e marketing político, não são só as características da personalidade do eleitor que o conduzem nas suas opções. Também a opinião que têm sobre os candidatos, inclusive sobre a sua personalidade, é fundamental, o que remete para um fenómeno conhecido como personalização da política. A tese da personalização da política consiste na demonstração da maior saliência das figuras políticas e das suas características relativamente aos partidos e, mais concretamente, à identificação partidária.

Estes autores publicaram dois trabalhos científicos (Costa & Silva, 2015; Silva & Costa, 2019), baseados em dados de sete países europeus – Portugal, Espanha, Irlanda, Alemanha, Reino Unido, Itália e Hungria – e que visavam perceber os efeitos das características pessoais dos líderes políticos na participação eleitoral e no voto. Os traços avaliados foram organizados em duas dimensões: uma mais social ou afetiva, composta por características como empatia, credibilidade, honestidade, tolerância e outra mais intelectual ou do âmbito da competência, que agrupa características como competência, persistência e inteligência. A investigação evidenciou que a componente afetiva apresenta maior influência do que a competência na escolha do voto. Os líderes partidários com maior atratividade social, gerada pela sua empatia, simpatia, e até mesmo aparência física, tendem a apresentar maior poder de influência.

Além dos cinco grandes traços da personalidade anteriormente enunciados, há outra escala de avaliação da personalidade bastante usada: a Tríade Negra ou Sombria, que avalia três características de personalidade socialmente indesejáveis: o narcisismo, a psicopatia e o maquiavelismo. Respetivamente, a sobrevalorização própria e desprezo pelos outros, uma expressiva falta de empatia e a forte tendência para a manipulação. É esta tríade que pode ajudar a explicar a crescente ascensão do populismo, bem como resultados eleitorais recentes.

Segundo os estudos de Alessandro Nai (2020), os políticos populistas, claramente, são os que pontuam mais alto na Tríade Negra, enquanto têm pontuações altas em extroversão e baixas em agradabilidade. É por isso que gostam de provocar e subverter as normas das discussões civilizadas.



Os candidatos com este perfil, explica o autor, fazem tipicamente campanhas mais negativas, agressivas, com muitas incivildades e apelos ao medo. A boa notícia é que, no geral, os eleitores não apreciam este comportamento. A má é que, ainda assim, estes políticos tendem a ter melhores resultados eleitorais. Parece um contrassenso, mas não é, pois, diferentes eleitores reagem emocionalmente de forma diferente e aqueles que também pontuam mais alto nesta tríade sentem-se altamente mobilizados para votar nestes candidatos, dificilmente ingressando na fileira de abstencionistas.

As bases destes candidatos e candidatas são eleitores e eleitoras que gostam de política sombria com estas características porque são, eles e elas próprias, também sombrias, com pontuações muito altas nesta tríade, atitudes populistas e baixas pontuações na evicção de conflitos. Assim, o efeito prejudicial destes traços antissociais e das campanhas negativas na generalidade da população esbate-se, levando-os a bons resultados.

Estas tentativas de explicar a ascensão do populismo e das tendências antidemocráticas revelam que pessoas com características de personalidade que as tornam mais propensas a causar sofrimento social chegam a líderes, apoiadas por algumas que têm os mesmos traços e por muitas tomadas por sentimentos de medo e raiva. E o que se segue? Para Helena Marujo é a normalização. Ou seja, as atitudes e valores dos agentes sociais são marcados pelos valores políticos estabelecidos por uma determinada sociedade ou comunidade, num processo de construção. Cada vez que é eleito um líder com traços de personalidade que habitualmente eram vistos como socialmente condenáveis, isso torna-se um pouco mais aceitável para muita gente.

Preocupa-nos o alcance, os limites e vantagens de se estudar os fenômenos sociais e políticos a partir de um ponto de vista que privilegia os agentes capazes de controlar os recursos sociais, políticos e econômicos estratégicos, que lhes conferem um lugar privilegiado na disputa pelo acesso a posições de mando na sociedade, pelo que estudo das elites (Perissinotto, 2019) será pertinente, apesar de não o podemos desenvolver neste trabalho.



Perante as contradições do nosso tempo será importante recentrar a política nas nossas vidas, no sentido de Arendt, da participação de cada um na comunidade e nos destinos dessa mesma comunidade, experienciando o seu contributo na esfera pública.

Arendt (2007) pretendeu recuperar o valor da política enquanto atividade humana não instrumental e, portanto, com um fim em si mesma, possibilitando aos seres humanos exercer a liberdade. Trata-se aqui de uma liberdade que caracteriza a ação, não corresponde tanto à liberdade do livre-arbítrio ou da autonomia individual liberal, mas uma liberdade pública e coletiva: algo que só se realiza quando atuamos com os outros. O desenvolvimento deste potencial só ocorre num contexto de pluralidade. A pluralidade é a condição essencial que determina a ação, na interação com outros indivíduos que possuem a mesma capacidade de agir (Arendt, 1961, cap. 4).

O grande valor existencial da política situa-se no facto de ela permitir aos indivíduos revelarem no espaço público a sua própria identidade mediante a ação e o discurso. Daí que para Arendt (2007, p. 189-193), a impossibilidade de atuar politicamente seja equivalente a estarmos mortos para o mundo, uma vez que vivemos uma vida que não é partilhada com os outros seres humanos.

Aqui surge esse grande tema que ocupou boa parte da pesquisa de Arendt, a centralidade e a fragilidade da política nas nossas vidas, que o mundo cada vez mais dominado pela razão instrumental deixa pouco espaço para exercer a liberdade, a participação e interação autêntica com os outros, o que seria o verdadeiro valor da política para Arendt.

O que Arendt procurou foi reorientar a política para longe da vontade individual ou coletiva e para aquilo a que ela chama "o mundo" ou "o meio termo". A política requer e cria um espaço comum de pluralidade, um "espaço de aparências" - um reino intersubjetivo entre as pessoas, constituído pelas suas diferenças. Para Arendt, "o comum", o domínio político-público ou res publica, nunca é unificado ou homogéneo; é definido pela diferença, conflito e competição. No entanto, traz consigo a promessa de momentos comuns, em que as pessoas se juntam livremente. Este é, portanto, o sentido no qual a política pode ser entendida como um fim em si mesma: o objetivo mais elevado



da política é assegurar através da ação a existência contínua de um mundo no qual a política e, portanto, a liberdade, a pluralidade, e a ação, sejam possíveis.

Bibliografia

- Arendt, H. (2007 [1958]). *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. (10^a ed.). Forense Universitária.
- Arendt, H. (1961). *Between past and future. Six Exercises in Political Thought*. The Viking Press.
- Arendt, H. (1972). *Crises of the republic*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Arendt, H. (1973 1949)]. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1978). *The Life of the Mind*, vol. 1. Harcourt Brace Jovanovich.
- Arendt, H.. (1982). *Lectures on Kant Political Philosophy* (ed. R. Beiner). Chicago University Press.
- Costa, P. & Silva, F. (2015). The Impact of Voter Evaluations of Leaders' Traits on Voting Behaviour: Evidence from Seven European Countries, *West European Politics*, 38:6, 1226-1250, <https://doi.org/10.1080/01402382.2015.1004231>
- Dennison, J. (2020). How Issue Salience Explains the Rise of the Populist Right in Western Europe Get access Arrow, *International Journal of Public Opinion Research*, Volume 32, Issue 3, Autumn, pp. 397–420, <https://doi.org/10.1093/ijpor/edz022>
- Finchelstein, F. (2019). *Do fascismo ao populismo na história*. Tradução de Jaime Araújo. Edições 70.
- Marujo, H. Direita ou Esquerda. (02/04/2022). Uma questão de personalidade? *Diário de Notícias*, entrevista conduzida por Sofia Teixeira. <https://www.noticiasmagazine.pt/2022/direita-ou-esquerda-uma-questao-de-personalidade/estilos/comportamento/273717/>
- Nai, A. (2020). Going Negative, Worldwide: Towards a General Understanding of Determinants and Targets of Negative Campaigning. *Government and Opposition*, 55(3), 2020, pp. 430-455. <https://doi.org/10.1017/gov.2018.32>



- Papa Francisco. (2020). Carta Encíclica *Fratelli Tutti*. Libreria Editrice Vaticana.
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.pdf
- Pareto, V. (1984 [1916]). Tratado de sociologia geral. Rodrigues, J. A. (org.). *Vilfredo Pareto: sociologia*. Ática.
- Perissinotto, R. (2019). Why is it important to study political elites? *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, p. 137-158, jan./jun.
<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13463>
- Silva, F. & Costa, P. (2018). Do we need warm leaders? Exploratory study of the role of voter evaluations of leaders' traits on turnout in seven European countries, *European Journal of Political Research*, Vol. 58, Issue 1, February, pp. 117-140.
<https://doi.org/10.1111/1475-6765.12273>

